

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

XXXIX ENCONTRO ANUAL

25 a 29/10/2005

GT – SOCIOLOGIA ECONÔMICA

**Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário
na vida econômica**

Luiz Inácio Germany Gaiger

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário na vida econômica

Luiz Inácio Gaiger¹

Au coeur de nos valeurs et de la possibilité qui nous est donnée de penser le monde et l'homme, je trouve, toujours et encore, l'individu conçu comme un "être moral autonome", la quête du bonheur, la soif de comprendre, la curiosité devant l'alterité, le déjà séculaire débat de la liberté et de l'égalité; je n'observe comme *épistémé*, comme orientations générales et projets collectifs que ceux qui se sont affirmés entre la Renaissance et le siècle des Lumières. Nous en avons expérimenté les outrances, peut-être commencerons-nous à en savoir gérer l'héritage (Lalive d'Epinau, 1989: 31).

Ao longo das últimas décadas, a progressiva e saudada constituição do indivíduo como ser moral, livre em seus juízos e nas escolhas quanto a suas filiações, seu papel e seu modo de realização, deu lugar ao sentimento de uma autonomização em negativo, rumo ao isolamento, abandono e fragilidade, diante da crise e desmoronamento dos mecanismos sociais de inserção, da efemeridade cada vez mais visível das relações interpessoais, da erosão das coletividades de pertencimento e, além do mais, das incertezas quanto ao futuro e ao sentido da vida. A exacerbação do individualismo, conjugada ao definhamento inopinado dos valores e das estruturas sociais de suporte, no âmbito da família, do trabalho, do civismo e das solidariedades tradicionais, teria deixado os indivíduos em suspenso, sem chão e sem estrela-guia, relutantes e carentes de vínculos.

Apesar ou por causa disso, é provavelmente inédita a frequência com que se fala de solidariedade, com que se observa sua presença, como um sentimento discreto e difuso nos gestos cotidianos, ou como apelo para adesão em mobilizações pela tolerância, pela paz e pela ecologia, ou para a participação em associações e redes, locais e mundiais. Do que se conclui que uma cultura pode perfeitamente afirmar o indivíduo e comportar um projeto ou possibilidades significativas de vida coletiva, desde que não empobreça definitivamente o conteúdo das relações sociais que a constituem. Se a separação moderna entre vida material e vida social, de par com a redução das condutas esperadas na primeira à utilidade,

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS) e coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária (www.ecosol.org.br).

conduziu ao esvaziamento dos laços sociais, parece ter gerado igualmente um efeito de revalorização do vínculo, uma necessidade e uma busca às vezes angustiante de intercâmbio e reconhecimento.

A palavra solidariedade está presente no jargão das organizações sociais, na linguagem das políticas públicas, no ânimo das pequenas iniciativas e na ideologia flutuante das grandes mobilizações. Em nossa época, de égide das políticas direcionadas a ampliar a liberdade do capital em suas novas formas, ela aparece ironicamente no terreno econômico, a indicar a existência ou a possibilidade de outras lógicas, outros recursos operantes no tecido social, a sinalizar a necessidade de ampliar o cânone da produção e da circulação de bens para além da lógica capitalista de mercado. O que leva a considerar e a explorar práticas econômicas vincadas em princípios não utilitaristas, em boa medida relegadas ao não reconhecimento, não obstante sejam portadoras de sociabilidades densas, além de decisivas para a sobrevivência de inúmeros indivíduos e segmentos sociais.

Esse trabalho propõe uma incursão nesse tema, buscando elucidar alguns dos elementos operantes nas novas configurações do vínculo solidário, em primeiro lugar na vida econômica, mas daí derivando, em função da natureza encompassadora do mesmo, para o conjunto das relações sociais, para a esfera do político em particular. Como referência empírica e campo principal de discussão, aborda algo bem mais limitado que a solidariedade em geral, focalizando o fenômeno recente da economia solidária. Toma partido de um conjunto considerável de pesquisas empíricas e aquisições analíticas nesse campo. Não pretende dedicar-se ao exame propriamente dito de tais evidências, reportado aos trabalhos e publicações correspondentes², para assim concentrar-se em seu propósito interpretativo, acerca da natureza e dos efeitos da presença contemporânea do vínculo solidário. Ao fazê-lo, retoma algumas das temáticas clássicas e um certo número de questões atuais, trazidas e discutidas por autores de referência no âmbito da Nova Sociologia Econômica.

² As obras em questão são indicadas sempre que oportuno. Os dados empíricos provêm de uma série de pesquisas sobre os empreendimentos populares de geração de renda e a economia solidária, realizadas desde 1993. Entre elas, a primeira pesquisa de base nacional sobre o tema (Gaiger, 2004). Desde 1999, essa linha de trabalho conta com o apoio permanente do CNPq.

O encaixe social da produção material da vida

L'économie dans la modernité démocratique est donc prise dans un double mouvement: un premier mouvement exprime la tendance à son désencastrament, un second mouvement exprime la tendance inverse au réencastrament démocratique de l'économie dans lequel la référence à la solidarité s'avère primordiale. (Laville, 2005a).

Em suas fases históricas anteriores à instauração do *sistema mundial produtor de mercadorias* (Kurz, 1999), as sociedades conheceram regimes econômicos determinados por princípios de valor e por regras extra-econômicas. Tais princípios e regras, instituídos sem relação prévia com a produção da vida material, tinham antes o poder de condicionar essa última, dotando-a de uma racionalidade apenas reconhecível a partir de necessidades socialmente sancionadas como legítimas, nas esferas não-econômicas³. Parte desses arranjos sobrevive hoje e convive sob o manto do capitalismo, cuja supremacia veio a alterar profundamente as regras do jogo. A produção capitalista tem a peculiaridade de, uma vez acionada, gerar diretivas lógicas que se impõem a partir do próprio terreno econômico, estabelecendo uma racionalidade intrínseca que passa a digladiar-se, sempre que necessário, com os demais sistemas e princípios da organização social, deixando a impressão de que inexistem ou são dispensáveis⁴.

Tal é a pressão desse movimento que, a certa altura, tudo se passa como se realmente nada existisse fora dele, a não ser como obstáculo à lógica abstrata e incontornável da rentabilidade (Kurz, 1999). A força exercida pelo capitalismo explica-se por sua indiscutível velocidade produtiva e de inovação, de fazer desmoronar as estruturas sociais na qual a sociedade amparava-se, impor a todos os interesses daqueles que possuem interesse expresso no livre desenvolvimento capitalista, de assim conquistar e dominar as consciências. O que conduziu a três processos sucessivos de ocultamento: quanto à existência de outras possibilidades modernas de organização das sociedades, capazes de gerar bem-estar e de colocar em cheque o imperativo capitalista de progresso material, mantendo a economia

³ São exemplos as sociedades clânicas, estruturadas por laços de parentesco, assim como as inúmeras sociedades organizadas sobre alicerces étnicos ou comunitários, além da feudalidade e do mercantilismo, fase de transição para a sociedade capitalista, onde o papel do Estado era ainda considerado fundamental e suas intervenções necessárias à proteção da sociedade e do próprio comércio.

⁴ Daí porque o capitalismo, contrariamente a outros sistemas econômicos, se amolda a diferentes contextos culturais e a diferentes regimes políticos, instilando aos poucos suas próprias premissas, a seguir convertidas em prerrogativas para o conjunto da sociedade e em mecanismos de sua subversão.

embutida em sistemas de regulação politicamente instituídos; quanto à existência de outros princípios de organização econômica, que não aqueles do mercado, cuja vigência hoje é um fato real, embora menosprezado; quanto à existência de outras iniciativas econômicas, por fora e por dentro da economia de mercado, distintas da empresa privada capitalista.

Desde então, realidade e aparência confundem-se e o campo econômico é visto como uma esfera autônoma, cujos negócios obedecem somente a critérios próprios, ou que assim deveria ser, de modo que sua desimplicação social torna-se natural e inexorável. A economia de mercado converte-se no lugar por excelência de produção e distribuição de riquezas, de progresso e desenvolvimento. A noção de riqueza começa a distanciar-se das relações sociais e, assim, de qualquer sentido moral emulado a partir dos laços sociais. A própria noção de valor fica intimamente associada ao universo utilitarista das riquezas materiais e do interesse individual, como se a ação econômica não pudesse resultar de um sentimento de pertencimento, de uma combinação entre desinteresse e interesse, como se esse último fosse obrigatoriamente de ordem material. Institui-se o predomínio das relações contratuais, ao mesmo tempo que o sistema capitalista e a economia de mercado eternizam-se para além da condição histórica, aberta e contraditória, em que se formaram.

Um das conseqüências desse cenário é a desarticulação da ação política no cotidiano dos cidadãos, pois ficam submetidos a uma lógica onde a reflexão e o discurso crítico cedem lugar aos imperativos da produtividade. A abordagem das questões econômicas é reduzida ao gerenciamento das riquezas, despojadas de implicações políticas e sociais. Os espaços públicos, aptos a produzir solidariedade e reciprocidade, passam a ser profundamente perturbados pela generalização das relações mercantis, o que engendra um empobrecimento das relações sociais. No lugar de redes e estruturas cidadãs de solidariedade, tende-se à ruptura dos laços sociais, à medida que os valores do mercado são transpostos autocraticamente para as relações humanas. A questão social, que inevitavelmente se sucede, vê-se assim acantonada, no âmbito da benevolência privada, ou então é transferida ao Estado, onde adquire as feições impessoais de uma solidariedade institucionalizada e redistributiva.

Contra esse estado de coisas e de idéias, não faltaram alertas quanto aos riscos implicados em mudança dessa ordem e na sua aceitação unânime. Diante dos seus reducionismos evidentes, de toda a economia ao mercado, deste ao mercado auto-regulado e da produção econômica à empresa capitalista (Laville, 2005a) ou, ainda, do agir econômico à lógica do cálculo utilitário, vozes discordantes apareceram desde

os primórdios do pensamento sociológico, a afirmar o papel das normas sociais, da tradição e das instituições - do Direito às corporações profissionais - no campo econômico (Raud, 2003). O debate e a contra-ofensiva ao paradigma do *homo oeconomicus*, incarnado em tempos mais recentes em vertentes com nome e sobrenome, tais como a Rational Action Theory e, de modo mais amplo, o Individualismo Metodológico, nunca deixou de existir (Levine et al., 1989; Wacquant e Calhoun, 1991).

Fonte seminal nessa contenda, em favor da sociologia histórica e cultural, Karl Polanyi é reconhecido pelo seu estudo e identificação da multiplicidade de princípios que regem a vida econômica: no âmbito das relações diretas, ou da sociabilidade primária, a *administração doméstica*, direcionada a auto-subsistência, e a *reciprocidade*, com a finalidade primeira de mútuo reconhecimento e de preservação do vínculo social. No âmbito da sociabilidade secundária, o princípio da *redistribuição* de excedentes, recolhidos por uma autoridade central e redirecionados segundo as normas vigentes na coletividade, e o princípio da *permuta* de bens segundo seu valor de troca, reservada ao mercado.

Em sua obra clássica (2000), advoga como invariante histórica o princípio da economia plural: em cada tempo e lugar, conjugam-se em dose variável diferentes regimes. Desde o advento do capitalismo, engendrou-se então um sistema tri-polar, multidimensional: a economia não-monetária (fundada no princípio da domesticidade e da reciprocidade), perceptível, por exemplo, na economia familiar e no voluntariado não remunerado; a economia não-mercantil (fundada no princípio da redistribuição), assumida modernamente pelo Estado; e a economia mercantil (princípio da oferta e demanda), que se expande e ganha preponderância através do mercado mundial. Essa forma de apreensão, que interpreta as economias reais a partir da imbricação entre essas três lógicas, não somente reflete com maior adequação os fatos passados da nossa história, como inverte a hipótese de análise das condutas hoje empreendidas, conduzindo a investigar outras esferas além da mercantil, bem como a cernir as condições sociais e políticas de primazia de uma ou outra lógica econômica. Pode-se então captar em sua amplitude os experimentos sociais que escapam ao monismo da mercadoria e ao individualismo contratual. No plano da ação, possibilita que outras formas de economia, reduzidas pela extensão da economia mercantil às demais esferas da vida, sejam novamente exercitadas, alcançando visibilidade e estimulando novos arranjos econômicos e políticos.

Imaginar a sociedade futura como uma totalidade homogênea, igualmente arrimada sobre um único princípio organizador, com a ressalva de estar desprovido dos elementos negativos do utilitarismo,

seria enveredar pela simplicidade do caminho oposto. Além dos riscos conhecidos, nas tentativas feitas, a tese careceria de argumentos consistentes, no limiar histórico em que vale a pena formular hipóteses e talvez em qualquer outro. Conforme se argumentará adiante, pode-se, isto sim, vislumbrar a adoção de um novo sistema de regulação, que garanta uma coexistência conflitual de diferentes lógicas, em condições mínimas de equilíbrio, fato a ser buscado por uma deliberação política da sociedade, conforme se amplifiquem e se utilizem os seus espaços de participação democrática.

Um arranjo dessa ordem supõe a existência de forças sociais a ela orientadas por sua personalidade histórica, dada pela forma como atuam no campo econômico e metabolizam, para o terreno político-ideológico, as condições objetivas e subjetivas correspondentes. Assim, cabe inquirir as possibilidades de adveniência ou fortalecimento de princípios econômicos distintos, que caucionem outros vínculos desde o terreno de produção da vida material, a partir de fatos concretos.

Entre eles, a economia solidária é digna de interesse, pois assinala o reaparecimento, em dimensões consideráveis, do associativismo entre os trabalhadores, um fenômeno com larga história e múltiplos desenlaces. A economia solidária não teria dado curso a um movimento social em nosso país, nem a um debate vicejante sobre o seu projeto político, se não houvessem emergido e proliferado, por diferentes e às vezes insuspeitos caminhos, diversas iniciativas de associação econômica, expressando um novo protagonismo econômico e social dos trabalhadores, ainda que escudadas por organizações igualmente díspares em sua atuação e propósitos (Gaiger, 1996; Singer e Souza, 2000; Santos, 2002; Gaiger, 2004).

Os empreendimentos de economia solidária, cuja viabilidade e crescimento são primordiais para que se possa falar de *outra economia* (Cattani, 2003), não estão contabilizados, nem definidos uniformemente quanto às suas características singulares. Desviando do discurso prescritivo ou normativo, pródigo em enaltecimentos e em apontar *o que falta* para uma autêntica economia solidária, um modo de descrevê-los com mínima objetividade poderia ser elencar preliminarmente, como seus atributos principais: a) constituírem organizações suprafamiliares permanentes; b) sob propriedade ou controle dos sócios-trabalhadores; c) com emprego ocasional e minoritário de trabalhadores não associados; d) de gestão

coletiva das suas atividades e da alocação dos resultados; e) com registro legal ou informais; f) de natureza econômica, direcionada à produção, comercialização, serviços, crédito ou consumo⁵.

O poliformismo dos empreendimentos solidários é inegável (Gaiger, 2004). Sua atuação econômica abrange diferentes setores produtivos, envolve categorias sociais as mais diversas e comporta variadas formas de organização, de grupos informais e pequenas associações a cooperativas e empresas de médio e pequeno porte. Mencionem-se as associações rurais espalhadas em várias regiões do país, os grupos coletivos de produção nos assentamentos da reforma agrária, as empresas autogestionárias, as associações de coleta e triagem de resíduos recicláveis, as cooperativas de trabalho e de crédito, entre outros.

Quando funcionam efetivamente sob regime de autogestão e cooperação produtiva, essas iniciativas não se acomodam ao preceito utilitário do agir econômico e à separação entre produção material e vida social, por uma razão decisiva: não reproduzem as condições sociais peculiares à produção mercantil e à acumulação do capital. Em graus variáveis - certamente reversíveis - rompem com a lógica capitalista de produção de mercadorias e de reprodução social, ao eliminarem o mecanismo estrutural que as preside e separa os trabalhadores dos meios de produção, dividindo a produção e a apropriação. Em empreendimentos solidários, capital e trabalho, pólos lógicos da atividade econômica, encontram-se materialmente vinculados às mesmas pessoas: os *trabalhadores associados*. Estruturalmente, reúnem-se o trabalho e os demais fatores de produção: no plano econômico, pela socialização dos recursos produtivos; no plano político, pelos mecanismos de autogestão.

A questão pertinente aqui diz respeito às possibilidades, neles contidas, para materializar duravelmente outro regime de articulação entre os princípios econômicos, reenquadrando-os no bojo das relações sociais, e de configurar vínculos de outra natureza, que não aqueles ditados pelo cálculo utilitário. Essa linha de reflexão nos conduz à noção de solidariedade democrática e ao questionamento da antinomia utilitarismo – altruísmo, em favor de uma concepção híbrida dos vínculos sociais.

⁵ Esses critérios possuem a vantagem de representar um certo consenso, entre ativistas e estudiosos do tema. Após longa discussão, política e acadêmica, foram adotados para caracterizar os empreendimentos a serem incluídos no primeiro mapeamento nacional da economia solidária, iniciado em 2004, com a meta de atingir cerca de 20 mil empreendimentos no país.

A solidariedade democrática

Uma primeira circunstância favorável à ancoragem social dos empreendimentos solidários provém de suas condições de gênese. Eles nascem comumente em setores populares com experiência associativa, comunitária ou de organização classista. A vivência de lutas e mobilizações brinda os protagonistas da economia solidária com um sentimento de identidade, com laços de confiança e competências para defenderem seus interesses. Observando os empreendimentos pelo ângulo das suas raízes econômicas, percebe-se que as suas chances de desenvolvimento crescem quando as práticas associativas são compatíveis com a economia popular típica daqueles trabalhadores, amoldam-se aos arranjos individuais, familiares ou coletivos que lhes asseguram ordinariamente a subsistência e que estão inscritos em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência. A economia solidária não substitui integralmente nem prescreve essas formas populares de economia, antes compatibiliza-se com elas e as potencializa à medida que reorganiza os fatores produtivos, materiais e humanos, num processo de metamorfose apoiado em diferentes recursos e estratégias (Gaiger et, 1999).

A economia solidária insere-se em um contexto em que o trabalho é inseparável dos homens e da reprodução da vida. Como já assinalava Sahlins, onde o trabalho não existe como uma atividade independente, diferenciada das outras capacidades sociais do trabalhador, a troca não existe separada das relações não econômicas (1970: 127). Ao fato de que os empreendimentos de economia solidária propiciam, em certos casos, a presença de relações sociais antagônicas ao capitalismo, cabe em muitos casos acrescentar que preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas, fundamentais para a vida dos pobres e para os indivíduos que vivem do seu trabalho. Eles atenuam sua sujeição à economia dominante e conjuram o exclusivismo das relações assalariadas, em que subordinação e expropriação são as quotas reservadas aos trabalhadores (Gaiger, 2004).

Nas experiências mais sólidas, as práticas de autogestão e cooperação aparecem de modo mais pleno, estabelecendo relações simétricas e horizontais no que respeita à posição de cada sócio-trabalhador diante dos meios de produção, ao mesmo tempo que instituem uma espécie de simbiose entre interesses individuais e coletivos, no plano da gestão e da organização do trabalho. Essa convergência não está isenta de contradições; ainda assim, no lugar de óbice à eficiência econômica, as práticas democráticas e cooperativas passam a exercer um efeito positivo sobre o desempenho das atividades, como parte de uma racionalidade a um só tempo social e econômica, cujo efeito é a satisfação maior das expectativas

pessoais, desde então compartilhadas e destituídas em boa parte do seu caráter individual. Em outras palavras, a gestão e o trabalho partilhados funcionam em circuitos complementares, a introjetarem nos trabalhadores o sentimento de responsabilidade pelos resultados do empreendimento, pela renda de cada um e pela sobrevivência de todos. Os interesses individuais tornam-se solidários, à medida em que se realizam por meio de concessões de parte à parte e ficam hipotecados a uma espécie de altruísmo recíproco, cuja contrapartida não está apenas na retribuição direta, mas nas gratificações morais e extra-materiais que proporciona (Gaiger, 2004).

Do ponto de vista mais amplo das relações sociais de produção, cabe ponderar que o trabalho incorporado no processo produtivo dos empreendimentos não se reveste daquelas mesmas propriedades da mercadoria que lhe reserva a produção capitalista. O trabalhador, para guardar seu posto de trabalho, deixa interinamente de sujeitar-se à lei da oferta e procura; deixa igualmente de oferecer sua força-de-trabalho para os fins de acumulação privada; deixa, ainda, de estar separado do produto da sua atividade laboral. Essas mudanças são importantes, pois enriquecem o trabalho, não obstante as contingências da realidade econômica não liberarem o empreendimento de ater-se ao princípio da média de trabalho socialmente necessário para a produção dos bens em questão e aos efeitos da concorrência daqueles que, precisamente na mão inversa, empregam o trabalho como mercadoria, sem hesitar em deprimir o seu valor, conforme as conveniências do mercado.

Adicionalmente, verifica-se que as soluções encontradas pelos empreendimentos para garantir seu lugar no mercado, embora signifiquem competir pela preferência dos consumidores, necessariamente não implicam subtrair os princípios do solidarismo e render-se à lógica mercantil nas relações de troca. À bem da verdade, as medidas adotadas para tal fim, ainda que exigindo perspicácia e senso de estratégia, não fazem mais do que explorar as possibilidades conferidas pelo caráter singular do empreendimento, apostando principalmente na confiança que os consumidores esperam poder nele depositar. Adotam uma pragmática de disputa das preferências, geradora de sociabilidades mais densas e ricas do que se fosse determinada inteiramente pela lógica mercantil da acumulação do capital.

A economia solidária aciona uma série de recursos extra-econômicos. Sumariando esses elementos, o seu forte enraizamento local contribui para que possa apoiar-se no que *está à mão* - trabalho, saberes populares, energias morais, recursos políticos – explorando matrizes econômico-produtivas dotadas de racionalidade social. A economia solidária ativa as esferas subterrâneas da sociedade, o *andar de baixo*

da civilização, decisivo como apontou Fernand Braudel (1998). Contrariando a idéia de que o espaço econômico esteja tomado completamente pelo capitalismo global, as empresas solidárias tendem a ocupar nichos de mercado, parcialmente protegidos da grande concorrência, e a estabelecerem práticas de troca favorecidas precisamente pelos laços de confiança antes evocados. Experiências de intercooperação de maior vulto, ao se expandirem vêm a revitalizar formas de vida econômica diversas, igualmente atípicas diante do capitalismo, das quais dependem frações importantes de trabalhadores. Elas estimulam e sustentam expressões da economia do trabalho (Coraggio, 2000), reduzindo sua vulnerabilidade às imposições do capital.

Vale insistir sobre essa característica virtuosa dos empreendimentos, de serem indutores de ambientes e jogos de confiança⁶. A adoção sistemática de condutas de reciprocidade na sua vida interna – por força das regras de cooperação instituídas ou pelas iniciativas espontâneas e costumeiras de ajuda mútua – leva à percepção das vantagens da solidariedade e à sua irradiação para o contexto circundante. Parafraseando Putnam, as experiências de economia solidária incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, formando uma “competência cívica subjetiva”, ao mesmo tempo que favorecem a articulação e a agregação de interesses em âmbito mais amplo. Eles operam, portanto, no sentido de converter a confiança cevada no convívio cotidiano, nas relações de proximidade, em confiança social. Esta passa então a prescindir do mútuo conhecimento direto - do contrário não poderia generalizar-se - apoiando-se na expectativa de correspondência, imediata ou mediata, e na restituição do equilíbrio entre as contribuições e os benefícios de uns e outros. À medida que corporifica e dissemina exemplos bem sucedidos, a economia solidária contribui para estabelecer um modelo para futuras colaborações, cujo acionamento vêm igualmente em seu benefício, ao intensificar os fluxos e os circuitos de ativos econômicos, sociais e políticos (Putnam: 1996: 103-4; 181-3).

Seria por conseguinte um equívoco considerar os empreendimentos unilateralmente em sua dimensão econômica, pois constituem arranjos produtivos cuja lógica intrínseca articula interesses e atividades sociais, econômicas e políticas. Sua razão de ser consiste em preencher as necessidades materiais de seus membros, assim como suas aspirações não monetárias, de reconhecimento, inserção social, e autonomia. (Nyssens, 1996: 113). Alcançam maior êxito quando se relacionam positivamente com o seu entorno, participando dos movimentos sociais, atuando na construção de redes locais, através de

⁶ Um estudo empírico bastante exemplar encontra-se em Santos, 2004.

parcerias e articulações ou ainda quando buscam, embora timidamente, encetar formas de comércio justo e de inter-cooperação (Gaiger et al, 1999). Um maior grau de solidarismo interno corresponde também a maior envolvimento com as necessidades locais e com os problemas sociais em geral. Se os valores e a vivência da partilha formam a base psico-social do grupo empreendedor, estimulando iniciativas em prol da comunidade, a mesma identidade o projeta na arena social, fortalecendo sua capacidade de disputar recursos e auferir dividendos no mercado das políticas públicas e da economia solidária.

Estarem conectados ao seu meio representa dotarem-se de um vetor dinâmico fundamental, não um aspecto adjetivo, secundário. A importância da ação política, no âmago dessa dinâmica, desponta desde que os sujeitos passam a contar com um espaço comum, num primeiro momento quase sempre restrito ao próprio espaço do empreendimento (Schüttz, 2005). Uma nova cultura instaura-se aos poucos, jamais inicia-se em igualdade de forças com os hábitos sustentados pelo ethos dominante. A dimensão política evidencia-se de maneira mais pujante, à medida em que os atores da economia solidária pleiteiam e instauram espaços públicos de proximidade (Laville, 2004). Pela via dos embates da cidadania, a solidariedade vivida no interior dos empreendimentos externaliza-se, com chances apreciáveis de transferir os princípios de respeito às diferenças, tolerância, confiança e cooperação, para o âmbito das condutas coletivas⁷. A economia solidária seria praticante e difusora de uma solidariedade de estilo democrático.

A solidariedade é uma construção social: repousa sobre experiências históricas, implicando sistemas de representação, modalidades de ação e estruturas de regulação. No último quartel de século, poderíamos distinguir, como formas predominantes de solidariedade social:

- A *solidariedade familiar* ou *comunitária*, expressa na reciprocidade vivenciada no interior de coletividades restritas, em função de laços de sangue, do pertencimento a um território ou de regras baseadas no costume, implicando partilha de valores, crenças e representações peculiares, base da sua coesão social. Essa solidariedade, formada por relações de proximidade, tende a confinar-se em suas próprias fronteiras, sendo porém suscetível de integrar-se à via democrática, quando não estiver baseada em elementos autoritários ou despóticos e quando

⁷ É plausível, por sinal, que essa experiência coletiva produza ainda uma percepção concreta e significativa do bem comum e a tome como referência na lide das questões relacionadas ao bem público, zelando pela igualdade das disputas e contra a ação camuflada dos agentes privados.

coadunar-se com a universalidade e isonomia de direitos, sem antepor-lhes prerrogativas exclusivas para os indivíduos que engloba. Nesse caso, seus princípios de auto-organização favorecem a vida associativa, articulando a ajuda-mútua, a cooperação social e a mobilização reivindicativa. Em conjunturas de abalo do regime democrático, ela funciona como um espaço relativamente protegido, de permanência dos laços e dos valores recíprocos.

- A *solidariedade filantrópica* das organizações privadas caracteriza-se por serem tanto a eleição dos seus focos de atuação (usualmente, situações emergenciais, populações vulneráveis, alívio da pobreza, etc.), quanto a sua condução, decisão unilateral (salvo deliberação unilateral em contrário), segundo a concepção e a vontade dos benfeitores. Ao não questionar a assimetria de tais relações, ela contribui para legitimar a hierarquia social, além de reiterar supremacias já estabelecidas, inclusive no campo da produção da riqueza, como é visível no caso das políticas empresariais de responsabilidade social.
- Efeitos intencionais ou involuntários de fortalecimento do poder e da dominação social podem decorrer igualmente da *solidariedade assistencial*, manejada pelo Estado no âmbito de suas funções redistributivas. Situações de favorecimento e tutela, mantidas pelo patrimonialismo do Estado ou quando ação privada e ação pública confundem-se, a primeira servindo-se dos recursos reservados à segunda, por certo convertem a relação com os beneficiários em fonte clara de dependência, de cunho anti-democrático⁸.

A *solidariedade democrática* pode originar-se mas distingue-se das formas anteriores de solidariedade. Embora possa contar com o apoio da ação privada, caritativa ou benevolente, nela não se sustenta, por conta das diferenças entre ambas. Refere-se a um estilo de ação e mobilização social contemporânea, fundamentado em princípios, comportamentos e dispositivos institucionais orientados para o bem-estar coletivo, com as seguintes características:⁹

⁸ No que é sobejamento sabido que o Brasil abunda em exemplos. Aqui, criam-se as condições para levar ao extremo a máxima de que *dons impagáveis são dívidas a serem pagas com fidelidade incondicional*.

⁹ A expressão como tal, a retomo de Laville (2005b). Sua elaboração pessoal aqui é grandemente inspirada em leituras, encontros e outras formas de intercâmbio, mantido há anos com pesquisadores de diferentes países, do qual participam principalmente Jean-Louis Laville, Laurent Fraisse (França: www.crida-fr.org e <http://lise.iresco.fr>), Benoît Lévesque, Marguerite Mendell (Canadá: www.crisis.uqam.ca e www.aruc-es.uqam.ca), Antônio Cattani e Genauto França Filho (Brasil, ver www.ecosol.org.br). Desse ângulo, esse texto é uma contribuição ao projeto internacional de pesquisa *La démocratisation de la solidarité et des pratiques économiques comme mode de développement durable. Une approche comparative: Brésil, France, Inde, Maroc et Québec*.

- Do ponto de vista do seu contexto histórico, ela se manifesta em sociedades cujo sistema de regulação e arbitragem tem incorporados direitos individuais e democráticos, garantidos por sua estrutura institucional e conferidos a todos os seus indivíduos e coletividades integrantes.
- Do ponto de vista do seu exercício, ela decorre da atuação de indivíduos, usualmente mediante sua associação livre e voluntária, objetivando produzir benefícios sociais que correspondam à materialização ou à extensão daqueles direitos, vistos como uma aspiração legítima. O alvo da ação pode ser os seus próprios protagonistas, que nesse caso muitas vezes cultivam laços de *reciprocidade direta* e empreendem iniciativas de cooperação. Se benfeitores e beneficiários não coincidem, a ação em tese é conduzida impedindo que se criem laços de dependência e subordinação entre uns e outros, em observância dos princípios de autonomia individual e de cidadania já prescritos naqueles direitos.
- A solidariedade democrática busca acordos gerais sobre os compromissos e prioridades da sociedade. Investe assim sobre a esfera política, no sentido de reivindicar e instituir regras universais que gerem os efeitos visados, comprometendo a institucionalidade pública com a sua implementação, normatização e continuidade. Com isso, por via da alocação universal dos recursos, estabelece sistemas de *reciprocidade social* ampliada, presumindo contrapartidas fáticas de todos os indivíduos e sobrepondo, ao desequilíbrio entre as mesmas, o primado da justiça e da igualdade entre os cidadãos.

A solidariedade democrática supõe a presença de indivíduos moralmente autônomos, de iniciativas de auto-organização e de estratégias de mobilização. Justifica sua adjetivação ao apoiar-se nos preceitos e garantias do regime democrático, mas igualmente por visar à sua ampliação, desdobrando a democracia política representativa em mecanismos de participação, estendendo-a além disso à esfera econômica¹⁰. Suas veias principais variam segundo o contexto histórico, como o ilustra o associativismo francês (Laville e Sainsaulieu, 1997). Em geral, comportam iniciativas de múltiplas organizações, conscientes da insuficiência das formas precedentes de solidariedade social, assentes na comunidade, no Estado e na ação privada.

¹⁰ Numa fórmula republicana, a solidariedade democrática vale-se da *liberdade* de iniciativa e apóia-se na *fraternidade* para conquistar maior *igualdade*. No caso da economia solidária, está principalmente em questão a efetividade da democracia, pela extensão dos direitos econômicos.

É possível relacionar essas ações ao declínio das formas de mobilização classista, à crise do movimento sindical e de outras organizações similares, por sua vez associável às mudanças no mundo da produção e das relações de trabalho. Da mesma forma, intervêm em sua emergência as novas possibilidades de informação e comunicação, acessíveis sem intermediações a milhões de indivíduos anônimos, ligados por inúmeros circuitos às questões da comunidade global. Os temas mobilizadores ora decorrem da reedição ou permanência de velhas barbáries (Morin e Kern, 1995), como a fome, a intolerância e a violência, ora de novas lutas por direitos, como aqueles dos desocupados, das minorias de todo gênero, o combate ao imperialismo globalizado e o eco-pacifismo:

A cette étape du cheminement plusieurs fois séculaire de l'individualisme, au moment où celui-ci semblait avoir perdu tout garde-fou et contrepoids, voici que l'individu prend conscience de son appartenance à l'espèce et de sa dépendance vitale envers les équilibres fondamentaux de la nature. Etonnant paradoxe, l'individualisme le plus débridé découvre dans les exigences de la solidarité la condition de sa réalisation (Lalive d'Epinay, 1989: 30).

A economia solidária apresenta-se como uma dessas forças¹¹. Ela metaboliza vínculos e sociabilidades primárias, imersas nas práticas da economia popular e na experiência de classe dos trabalhadores, advindas de sua posição comum no interior das relações de trabalho e de produção. Assumindo essas identidades e suas demandas, a economia solidária as alça para a vida democrática, invocando os preceitos de justiça e igualdade, através de sua ação cívica e de suas reivindicações na esfera pública. As iniciativas e relações econômicas que lhe são peculiares, fundadas na associação e na cooperação, ficam determinadas por ordenamentos internos extra-econômicos, ao mesmo tempo que se inserem no conjunto mais amplo das relações sociais, notadamente por via do debate e das deliberações políticas, no sentido de moralizar a economia (Lechat, 2005), isto é, subordiná-la a valores e normas democraticamente sancionados.

As configurações híbridas do vínculo social

A preeminência dos fundamentos utilitaristas do mercado, assegurando a primazia do interesse pessoal, aumentaram a dificuldade de assegurar os bens coletivos e a cooperação (Hirschman, 1986: 17). Nesse

¹¹ Sobre sua amplitude mundial, ver Laville e Cattani, 2005.

sentido, “a verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato de ela se basear na economia – num certo sentido toda e qualquer sociedade tem que se basear nela – mas que a sua economia se baseia no auto-interesse” (Polanyi, 2000: 289).

Ao visualizarmos a situação diametralmente oposta, onde predomina o interesse comum ou inexistem razões para a adoção espontânea da lógica utilitária, poder-se-ia inicialmente salientar que as relações de confiança permitem mais facilmente superar o oportunismo e reduzem a ação dos aproveitadores e as perdas inflingidas aos demais. As relações de confiança normalmente supõem conhecimento e julgamento positivo quanto à boa-fé e às intenções alheias. Mas não é imprescindível: basta que seja razoável esperar que a maioria, exatamente pelas vantagens que lhe proporciona ter a contrapartida dos demais ao seu gesto, respeite as regras estabelecidas. Ou seja, embora imponham concessões de ambas as partes, pactos sociais de cooperação podem estabelecer-se por mútuo acordo e tornarem-se duradouros em boa lógica de interesse próprio, desse ponto de vista sendo inteiramente congruentes e racionais à consecução de objetivos pessoais ou particulares. Motivações utilitárias têm existência legítima e podem resolver problemas, para indivíduos e coletividades.

Isto posto, a presença de cidadãos virtuosos, prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, cujo aparecimento seria um provável efeito da situação em tela, elevaria a solidariedade social ao seu mais alto grau. De resto, ela pode preservar-se num patamar considerável, desde que conte com indivíduos razoáveis, conscientes que necessitam transacionar seus interesses por meio de acordos, à condição que a desconfiança e o oportunismo não se tenham generalizado, como traços sociais endêmicos. O dilema é saber quem e como começar: se os indivíduos intuem que haveria vantagem para todos se cooperassem, não havendo contudo pactos consistentes, expectativa de reciprocidade, compromissos avalizados, preferirão agir cada um ao seu modo, de modo oportunista. Condutas individuais estritamente utilitárias, de sujeitos perfeitamente racionais, podem gerar resultados irracionais diante dos objetivos perseguidos (Putnam, 1996: 173-4).

Não sendo lineares, as causalidades enganam. Relações brandas como aquelas do vínculo contratual, que não envolvem expectativas quanto à moral e ao comportamento alheio, a não ser quanto ao precisamente estatuído na permuta em questão, sendo então estritas e ademais passageiras, liberam os indivíduos de assumirem os mesmos compromissos e da obrigação de satisfazerem tais expectativas, deixando-os portanto mais livres em sua intimidade moral e em suas condutas. Essa é uma condição

típica da individualidade moderna. Ademais, vínculos fracos, baseados em conhecimentos, afiliações e associações secundárias, podem ser mais importantes que os vínculos interpessoais fortes, ligados a parentesco e amizade íntima, para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva: para desconcerto de quem prefere relações densas em compromissos mútuos, vínculos fracos têm maior probabilidade de unir membros de pequenos grupos diferentes¹². Harmonizam-se mais à pluralidade contemporânea, com seus corolários de alteridade e tolerância, sendo então menos proeminentes para o fortalecimento da solidariedade democrática, que perpassa as identidades singulares.

Essas considerações servem para mostrar que, no tocante à economia solidária e a outras expressões do solidarismo contemporâneo, é ilusório preconizar uma espécie de altruísmo generalizado, como forma de banir qualquer sinal de utilitarismo. Em tal gênero de coletivismo extremado e regressivo, nega-se valor e legitimidade aos vínculos sociais efetivos, inexoravelmente híbridos – feitos de dosagens variadas de solidarismo, altruísmo, pragmatismo e interesse próprio – que os indivíduos nutrem todos os dias entre si para gerirem suas vidas, na interação com os seus círculos sociais (Bajoit, 1992). A real tarefa consiste em reconhecer a existência e a pregnância de outros princípios de vida econômica, historicamente encobertos ou substituídos pelo modelo econômico dominante.

No que lhes diz respeito, vale reprimir que os empreendimentos solidários tendem a funcionar segundo uma racionalidade que aproxima e solda interesses pessoais e interesses e necessidades coletivas, alinhando sua satisfação e introduzindo mecanismos duráveis de reciprocidade. Tal associação entre interesses individuais e coletivos torna-os uma *comunidade de trabalho*, movida simultaneamente por altruísmo e por interesse próprio¹³. Os empreendimentos assumem uma série de coerções extra-econômicas - derivadas de sua racionalidade axiológico-projetiva (Carpi, 1997) e das interdições positivas advindas da nova relação entre capital e trabalho - coagentes à medida que fazem sentido, por suas premissas e por seus resultados tangíveis, os quais por sua vez vêm a instaurar novas determinações objetivas.

¹² Ver a respeito GRANOVETTER, Mark (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78: 1360-80. Citado por Putnam, 1996, p. 185.

¹³ A ativação desses fatores, objetivos e subjetivos, verifica-se mais intensamente nos empreendimentos com alto grau de coletivização, como as empresas de autogestão e as cooperativas de produção agropecuária. Nesses casos, a socialização dos meios de produção, aliada a processos de trabalho não individualizáveis, necessariamente cooperativos do ponto de vista técnico, torna os vínculos entre os trabalhadores indissociáveis e indivisíveis (Gaiger, 2004: 390).

Mesmo reconhecendo as vantagens da colaboração entre os indivíduos, o caminho para fortalecê-la não residiria na substituição do interesse próprio e das condutas utilitárias pelo desinteresse e por condutas altruístas, mas no modo como aqueles interesses podem realizar-se de forma duradoura, ao mesmo tempo que se alcançam objetivos comuns e se estabelecem dispositivos de partilha dos resultados, incluindo dotação suplementar aos indivíduos em desvantagem circunstancial¹⁴. Esse passo cumprido, cria-se um fundo de interação e de confiança, a sustentar as iniciativas associativas e cooperativas concretas. Instaure-se e amplie-se a reciprocidade social, fermento da solidariedade democrática.

Dádiva e reciprocidade social

Um argumento adicional, em favor do hibridismo dos vínculos sociais, nos é dado pela classificação recorrentemente referida de Sahlins¹⁵, quanto às formas gerais de reciprocidade, como ele mesmo diz, perfeitamente aplicáveis à nossa própria sociedade (1970: 131).

A *reciprocidade negativa* corresponde à forma genérica da racionalidade baseada no interesse próprio, não obrigatoriamente constricta à sociedade moderna. Nela prevalece o cálculo utilitário, no sentido de amealhar as maiores vantagens pessoais, pouco importando se em detrimento da outra parte, pois de acordo com os “sólidos princípios do negócio” (Sahlins, 1970: 130), mediante procedimentos que variam do regateio à espoliação. No extremo oposto, a *reciprocidade generalizada* supõe a disposição de estabelecer um fluxo unidirecional de bens, sem condicionar sua continuidade à contrapartida equivalente ou mesmo a qualquer retribuição. Trata-se do modelo puro de doação, ditado por um sentimento altruísta cuja função precípua – ou cujo *ganho*, poderíamos dizer - relaciona-se ao mútuo reconhecimento e ao cultivo dos laços sociais ao longo do tempo. Em posição equidistante, a

¹⁴ A indivisão entre capital e trabalho não representa apenas uma diferença fundamental diante da produção capitalista: ao mesmo tempo, coloca os trabalhadores associados diante de uma dupla dialética: em primeiro lugar, distinguir e compatibilizar as necessidades de acumulação e de investimento do empreendimento (isto é, do *capital*), com as necessidades e interesses dos seus associados (isto é, do *trabalho*), que pressionam por ganhos imediatos, via antecipação ou maior divisão das sobras. Trata-se de buscar um equilíbrio, geralmente tênue, entre preservar e distribuir os excedentes. Em segundo lugar, canalizar para o empreendimento os ganhos gerados pelos esforços do conjunto de trabalhadores, tornando tais ganhos essencialmente coletivos, e reconhecer ao mesmo tempo as diferenças entre os aportes individuais, fazendo-lhes jus através de retribuições proporcionais. Ou seja, equilibrar benefícios individuais e ganhos de usufruto exclusivamente coletivo.

¹⁵ Marshall Sahlins retoma a tipologia proposta por dois autores: Alvin Gouldner (“The Norm of Reciprocity: a Preliminary Statement”, *American Sociological Review*, XXV: 161-178, 1960), para o conceito de reciprocidade negativa; Elman Service (*The Hunters*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1966), para todo o gradiente.

reciprocidade equilibrada refere-se aos intercâmbios precisos de valores, nos quais a dimensão material não é subtraída, ficando em compensação contigenciada pela regra da comensurabilidade entre os bens, a fim de preservar ambas as partes de perdas desproporcionais aos ganhos.

Essa última fórmula identifica-se com a lógica interna dos empreendimentos de economia solidária há pouco exposta, com a singularidade de seus intercâmbios, quando são observados os requisitos básicos da reciprocidade, a saber, que as transferências de bens são indissociáveis do estabelecimento de vínculos sociais, e do equilíbrio, supondo a presença legítima da racionalidade econômica, como meio de assegurar a equidade das relações. Se no plano material imediato a soma é nula, torna-se crescente à medida que sua repetição e validação ao longo do tempo responde (a custos presumivelmente decrescentes) aos interesses de ambas as partes. Reitera-se a percepção de que a reciprocidade sustenta-se no altruísmo, a curto prazo, e no interesse próprio, a longo prazo (Putnam: 1996: 182). Utilidade e vínculo somam-se e podem conduzir à extensão dos círculos de vigência dessa forma de reciprocidade, conforme eleva-se o grau de sociabilidade subjacente entre os cooperantes, diminui a distância social ou, sendo improvável isso acontecer, instituem-se dispositivos sociais que asseguram tais princípios, tornando supletivos o conhecimento interpessoal e os laços primários.

Nessa acepção, a economia solidária não ficaria reclusa no princípio de reciprocidade tal como definido por Karl Polanyi, que o associa ao princípio da dádiva e o remete ao interior da economia doméstica, não-monetária. A questão merece algum vagar, pois dádiva e reciprocidade são elementos coligados. Em primeiro lugar, a atualidade do paradigma da dádiva, contrariamente ao que afirmam certas críticas (Hénaff, 2002), não reside no fato de que teria sido uma forma primitiva de economia, autêntica em sua pureza original, abafada e recalçada com o avanço da civilização, a ser agora reeditada para servir de modelo à construção de uma outra economia, não-mercantil. Em verdade, nas sociedades arcaicas a dádiva esteve apenas ocasionalmente vinculada em linha direta ao circuito das trocas materiais, à provisão dos meios de subsistência, estando de fato ligada à economia das trocas simbólicas, à distribuição do poder e à organização da vida coletiva¹⁶.

O valor da dádiva consiste precisamente em demonstrar que os agrupamentos humanos acionam outras racionalidades, que não a instrumental, para prover a sua existência. *Outras e bem distintas* pois, no

¹⁶ Outrossim, como as modalidades da dádiva dependiam da distância social e espacial, intimamente ligada aos laços de parentesco, pelos quais organizava-se o acesso aos meios de produção e de subsistência, há uma congruência inegável, mesmo se não direta, entre o universo cerimonial da dádiva e o universo pragmático da materialidade.

que tange à dádiva, sustenta-se na regra de doar em abundância, sem garantia ou expectativa calculada de receber na mesma moeda, sendo esta abundância o que assegura proporcionalmente o reconhecimento e o prestígio social. Que os bens doados pouca utilidade tenham, não os destitui de valor e não anula o dispêndio em trabalho ou em possessão para ofertá-los. Não obstante as diferenças de abordagem a respeito (Gardin, 2005), aceitar a dádiva como um elemento fundante da reciprocidade conduz, além do mais, a admitir que a dádiva pura, totalmente despojada de interesse (material ou não, em qualquer temporalidade), é um caso-limite, de menores possibilidades heurísticas, sendo preferível compreendê-la em suas modalidades recorrentes, nas quais se institui um regime misto de desinteresse e interesse (Caillé, 1994), em razão dos horizontes espaço-temporais em que seu ciclo realiza-se.

Há coisas que o dinheiro não compra. A dádiva não sumiu, mas transformou-se, continuando a vigorar na esfera das relações pessoais diretas, mas igualmente entre desconhecidos, em função de catástrofes distantes, do sentimento de irmandade com pessoas ou povos sujeitados, de causas planetárias ou das simples regras de hospitalidade, para citar poucos exemplos, entre os enumerados por Godbout (1999: 81-96) para demonstrar que a dádiva entre estranhos é tipicamente moderna. Atitudes de lealdade, cooperação e confiança, além do zelo no trabalho, na ausência de vigilância e reprimendas, numa espécie quase de colaboração clandestina para a eficiência da empresa (Coutrot, 1999), manifestam o princípio da dádiva igualmente no mundo funcional das organizações, detrás das quais, como recorda Caillé (2005), sempre existem pessoas.

Importa menos a ocorrência palpável da tripla obrigação de dar, receber e retribuir, mesmo retraduzida nas condições contemporâneas. A dádiva funciona como um arquétipo do ciclo da reciprocidade, a evocar a dimensão não instrumental (ou *as* dimensões: simbólica, psico-afetiva, identitária, etc.) das relações, inclusive quando lidam com a transferência de bens. Reconhecimento e vínculo social são motivos para a atividade humana e não requerem a presença desmesurada de altruísmo ou a eliminação das motivações utilitárias ou do dinheiro – hipóteses francamente extemporâneas. A dádiva ensina que há muita coisa impura, compósita, entre as antípodas do altruísmo e do utilitarismo.

Não fosse a graça,
a vida seria bem sem graça.
pobre do rico
que vive em desgraça.
(Anônimo)

Seria lastimável concluir que a felicidade dos pobres se resume ao tamanho do salário-mínimo, a parte que lhes cabe na economia de mercado. Estudos empíricos sobre empreendimentos solidários (Gaiger, 2001) mostraram que o modo como aí se organiza e se vivencia o trabalho proporciona uma série de satisfações adicionais, além da renda e dos benefícios econômicos indiretos, como a partilha do capital da empresa. É valorizada a experiência de ser sócio-trabalhador, em pé de igualdade com os demais, ao mesmo tempo que sócio-proprietário, gestor do negócio, com direito a voz e voto. O mesmo vale para a auto-estima, a vivência do trabalho como algo edificante, como oportunidade de enriquecimento humano. Como se o lado gratificante e lúdico do trabalho neutralizasse sua face penosa, dotando a atividade produtiva de um sentido moralmente elevado: colocar em prática os princípios de equidade, justiça e democracia, demonstrar a importância do trabalhador e obrar para o seu reconhecimento.

Nada disso assegura o triunfo da solidariedade. A envergadura das resistências e das contraposições sistêmicas são enormes (Latouche, 2003). Mas qualquer intento de percurso nessa direção exigiria preliminarmente rejeitar as visões monistas da ação humana e reconhecer que existem outros princípios além do interesse próprio calculado, outros comportamentos no imenso gradiente entre a coerção e a liberdade plenas. Não é outra coisa o que fazem constar a perspectiva da economia plural, no plano macrosocial, e a percepção híbrida dos laços sociais, no plano micro. A hipótese de ampliação da solidariedade, pela via democrática, significa ademais conceber a reciprocidade também como uma relação entre grupos não iguais, garantindo-se o equilíbrio através de um sistema institucional de regulação e arbitragem.

A razão instrumental aplicada à economia propõe soluções simples que a tornaram plausível, atraente e bem sucedida, como forma pretensamente espontânea de arbitragem. Contudo, ela possui uma contradição fatal, pois apenas preserva sua racionalidade como sistema ao preço da eliminação sistemática dos fatores que geram impasse ou perturbações à sua continuidade. Preço desprezível para ela, ou para quem nela se mantêm, mas extremamente caro para quem o paga. Diante disso, a via que se apresenta conduz a um novo sistema de regulação, a outra institucionalização da economia (Gaiger, 2004), que discipline a liberdade imanente à conduta econômica, o que é factível somente a partir de fundamentos éticos conscientes e de uma deliberação política, como aliás acontece com a economia redistributiva, cada vez que o pêndulo moderno pende do mercado para o Estado (Berman, 1990; Kurz, 1999). A solidariedade democrática é um dos movimentos a operar nesse sentido, de lenta e incerta

alteração na relação de forças. A economia solidária representa uma de suas fontes de energia e de exemplificação.

Referências

- BAJOIT, Guy (1992). *Pour une sociologie relationnelle*. Paris: PUF.
- BERMAN, Marshall (1990). *Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras.
- BRAUDEL, Fernand (1998). *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- CAILLÉ, Alain (1994). *Don, intérêt et désintéressement; Bourdieu, Platon, Mauss et quelques autres*. Paris: La Découverte.
- CAILLÉ, Alain (2005). “Don”. In: LAVILLE, Jean-Louis et CATTANI, Antônio (Orgs.). *Dictionnaire de l’Autre Économie*. Paris: Desclée de Brouwer, pp. 141-7.
- CARPI, Juan (1997). “La economía social en un mundo en transformación”. *Revista Ciriéc-España*, 25: 83-115.
- CATTANI, Antônio (Org.) (2003). *A outra economia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- CORAGGIO, José (2000). “Da economia dos setores populares à economia do trabalho”. In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes.
- COUTROT, Thomas (1999). *Critique de l’organisation du travail*. Paris: La Découverte.
- GAIGER, Luiz (Org.) (1996). *Formas de resistência e de combate à pobreza*. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- GAIGER, Luiz (2001). “Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, 7(13): 191-211.
- GAIGER, Luiz (2004) (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- GAIGER, Luiz et al. (1999). *A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas*. Cadernos do CEDOPE, UNISINOS, São Leopoldo, nº 15 (Série Movimentos Sociais e Cultura).
- GARDIN, Laurent (2005). “Réciprocité”. In: LAVILLE, Jean-Louis et CATTANI, Antônio (Orgs.). *Dictionnaire de l’Autre Économie*. Paris: Desclée de Brouwer, pp. 419-25.
- GODBOUT, Jacques (1999). *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- HÉNAFF, Marcel (2002). *Le prix de la vérité; le don, l’argent, la philosophie*. Paris: Seuil.
- KURZ, Robert (1999). *O colapso da modernização; da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. (5ª edição). Tradução de Karen Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LALIVE d’EPINAY, Christian (1989). “Individualisme et solidarité aujourd’hui”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXXXVI: 16-31.

- LATOUCHE, Serge (2003). “L’oxymore de l’économie solidaire”. *Revue du M.A.U.S.S.*, Paris, La Découverte, 21: 145-50.
- LAVILLE, Jean-Louis (Org.) (2004). *Economía social y solidaria; una visión europea*. Buenos Aires: Altamira.
- LAVILLE, Jean-Louis (2005a). “Economie plurielle”. In: LAVILLE, Jean-Louis et CATTANI, Antônio (Orgs.). *Dictionnaire de l’Autre Économie*. Paris: Desclée de Brouwer, pp. 209-16.
- LAVILLE, Jean-Louis (2005b). “Solidarité”. In: LAVILLE, Jean-Louis et CATTANI, Antônio (Orgs.). *Dictionnaire de l’Autre Économie*. Paris: Desclée de Brouwer, pp. 491-8.
- LAVILLE, Jean-Louis e SAINSAIEU, Renaud (1997) (Orgs.). *Sociologie de l’association; des organisations à l’épreuve du changement social*. Paris: Desclée de Brouwer.
- LECHAT, Noëlle (2005). “Economie morale”. In: LAVILLE, Jean-Louis et CATTANI, Antônio (Orgs.). *Dictionnaire de l’Autre Économie*. Paris: Desclée de Brouwer, pp. 183-9.
- LEVINE, Andrew. et al. (1989). “Marxismo e individualismo metodológico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 4(1): 57-70.
- MORIN, Edgar e KERN, Anne-Brigitte (1995). *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina.
- NYSSSENS, Marthe (1996). “Economie populaire au sud, économie sociale au nord: des germes d’économie solidaire?” In: SAUVAGE, Pierre et al. *Réconcilier l’économique et le social*. Paris: OCDE, p. 95-120.
- POLANYI, Karl (2000). *A grande transformação; as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- PUTNAM, Robert (1996). *Comunidade e democracia; a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SAHLINS, Marshall (1970). *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SANTOS, Aline (2004). *Vivendo e pensando o diferente; representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.
- SANTOS, Boaventura de Souza (2002). *Produzir para viver; os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SINGER, Paul e SOUZA, André (Orgs.) (2000). *A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo; Contexto.
- SCHÜTTZ, Gabriela (2005). *Economia solidária e democracia; a contribuição de Hannah Arendt*. Monografia de Conclusão de Curso. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Licenciatura em Ciências Sociais.
- WACQUANT, Loïc e CALHOUN, Craig (1991). “Interesse, racionalidade e cultura”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 6(15): 76-93.